

ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 24.743.678/0001-22 - NIRE 35.300.49119-0

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) E DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2025

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures da primeira série em circulação ("Debenturistas da Primeira Série") e das debêntures da segunda série em circulação ("Debenturistas da Segunda Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas"), da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos da "Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.", celebrado em 7 de dezembro de 2020, entre a Companhia e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), conforme aditada em 23 de dezembro de 2020 e 13 de janeiro de 2022, entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Escritura de Emissão"), para se reunirem, em primeira convocação, no dia 29 de julho de 2025, às 11 horas, em assembleia geral de Debenturistas (AGD), a ser realizada de forma exclusivamente digital e remota, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto à distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma "TEN" (<https://assembleia.ten.com.br/917170028>) ("Plataforma Digital"), nos termos da Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81") e do artigo 70, inciso I, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte matéria constante da ORDEM DO DIA:

(I) aprovar a concessão de consentimento prévio, de forma que não seja caracterizada uma hipótese de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático (conforme definido na Escritura de Emissão) das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.2, item (xix) da Escritura de Emissão, em razão da alteração do controle acionário direto da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações")) que deixará de ser detido pela Equatorial Transmissão S.A. e passará a ser detido pela Equatorial S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria "K" com sede na Cidade de São Luis, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.071-680, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.220.438/0001-73 ("Troca do Controle Acionário da Companhia").

A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da AGD, sendo certo que, no caso de aprovação pelos Debenturistas da matéria constante do item (I) da ordem do dia, será pago *waiver fee* aos Debenturistas, em valor de, no mínimo, 0,10% (dez centésimos por cento) *flat*, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Atualizado (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures. O *waiver fee* será pago no prazo a ser discutido em sede da AGD, por meio do ambiente B3, sendo certo que o saldo do Valor Nominal Atualizado na data da referida AGD será o valor a ser considerado para cálculo do *waiver fee*.

Observadas as demais disposições aqui constantes, terão direito ao recebimento do *waiver fee* aqueles Debenturistas que forem titulares de Debêntures no Dia Útil (conforme definido na Escritura de Emissão) imediatamente anterior à data de pagamento do *waiver fee*, sendo que o *waiver fee* será pago a tais Debenturistas de forma proporcional à quantidade de Debêntures detida por cada um deles no Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento do *waiver fee*.

Informações Gerais:

Nos termos da Cláusula 10.3.1 da Escritura de Emissão e do parágrafo 3º do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

Nos termos da Cláusula 10.4.1, da Escritura da Emissão, considerando que o item (I) da ordem do dia da AGD tem por objeto deliberar sobre a autorização prévia para a aprovação da Troca do Controle Acionário da Companhia, a aprovação da matéria constante do item (I) da ordem do dia dependerá da aprovação (a) em primeira convocação, de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, e (b) em segunda convocação, de 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes na AGD.

Os Debenturistas interessados em participar da AGD deverão solicitar o cadastro por meio da Plataforma Digital ("Cadastro"), com antecedência de até 2 (dois) dias úteis da data de realização da AGD, selecionando a opção "cadastrar" e realizando o upload dos documentos necessários para a habilitação. Em caso de eventuais dúvidas ou esclarecimentos, os Debenturistas poderão requisitar informações à Companhia, com cópia para o Agente Fiduciário, nos endereços eletrônicos "ld.assembleiascaptacao@equatorialenergia.com.br", "agentefiduciario@vortex.com.br" e "jsc@vortex.com.br".

A solicitação de Cadastro deverá (I) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (II) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo.

Nos termos da IN DREI 81 e do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da Plataforma Digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu website "<https://ri.equatorialenergia.com.br/>", desde que atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual será enviado à Plataforma Digital, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis da realização da AGD.

A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo respectivo Debenturista ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução da CVM nº 94, de 20 de maio de 2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, ao artigo 115, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, e outras hipóteses previstas em lei. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.

Nos termos dos artigos 71 e 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar por meio da Plataforma Digital: (I) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador (Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e (II) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Companhia ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto.

O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital.

Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, bem como cópia dos documentos pessoais dos assinantes.

Caso qualquer dos Debenturistas seja parte em operações compromissadas, além dos documentos listados acima, conforme aplicável, será necessário o envio (a) da tela CETIP; e (b) e-mail do Debenturista aos endereços acima contendo (b.1) a indicação do ativo; e (b.2) a declaração, em texto corrido do e-mail, de que realizou a operação compromissada e que o Debenturista permanece com os direitos políticos do ativo.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e finalidade da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos.

As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014).

Após a análise dos documentos enviados, o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do Cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do Cadastro. Adicionalmente, os Debenturistas receberão em até 1 (um) dia antes da realização da AGD, via e-mail, um lembrete com as instruções para acesso à Plataforma Digital.

Na data da AGD, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a Plataforma Digital para participação da AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas credenciados na Plataforma Digital se familiarizem previamente com a Plataforma Digital. Caso determinado Debenturista necessite de orientações acerca das instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do endereço eletrônico ld.assembleiascaptacao@equatorialenergia.com.br ou ld.assembleiascaptacao@equatorialenergia.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Em caso de dúvidas, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelo endereço eletrônico acima, com cópia ao Agente Fiduciário, por meio dos endereços eletrônicos "agentefiduciario@vortex.com.br" e "jsc@vortex.com.br".

A administração da Companhia reitera aos Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo remoto e digital.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia.

Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar a link para participação digital na AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II, da Resolução CVM 81 e na IN DREI 81.

Este Edital se encontra nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>) e do Agente Fiduciário (<https://www.vortex.com.br/>).

Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 11 de julho de 2025
ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Provu Sociedade de Crédito Direto S.A.
CNPJ/MF nº 42.627.615/0001-92 – NIRE 35.300.572.424

Aviso de Extravio de Livros Societários

A Provu Sociedade de Crédito Direto S.A., CNPJ/MF nº 42.627.615/0001-92 ("Companhia"), com sede na Cidade de São Paulo-SP, na Rua Pais Leme, nº 524, Conjunto 163, Pinheiros, CEP 05424-010, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP/NIRE 35.300.572.424, neste ato representada por seu Diretor, Felipe Gualberto Lemos, comunica à praca e ao mercado em geral, para diversos fins, o extravio dos seguintes livros: (i) Livro de Transferência de Ações Nominativas; (ii) Livro de Atas das Assembleias Gerais; (iii) Livro de Presença de Acionistas; e (iv) Livro de Atas das Reuniões de Diretoria. São Paulo/SP, 14/07/2025.

Sustentare Saneamento S.A.
CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77 – NIRE 35.300.451.732

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/05/2025

Data, Local, Hora: 14/05/2025, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 64, São Paulo, SP, CEP 05727-220.

Convocação: Dispensadas as formalidades legais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15.12.76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Presença:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Ordem do Dia:** (i) a abertura de filial da Companhia no Estado de São Paulo, Município de Guarulhos, Rua Doutor Moacyr Antônio de Moraes, 301, Parque Santo Agostinho, Guarulhos, SP, CEP: 07140-285, (ii) alterar a Cláusula 1ª do seu Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 1ª** – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de **Sustentare Saneamento S.A.**, e tem sede social na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 64, São Paulo, SP, CEP 05727-220, São Paulo, SP, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações e/ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. **Parágrafo Primeiro** – A Companhia possui as seguintes filiais, com capital destacado de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada uma: (a) Rua E, lote 83/84, Distrito Industrial, Teresina, Piauí, CEP 64025-050; (b) Avenida Miguel Pinto de Santana, 200, Nova Esperança, Feira de Santana, Bahia, CEP 44025-720, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0004-10; (c) SRTV/Sul, Quadra 701, Conjunto D, Bloco B, 280, sala 317, Brasília, Distrito Federal, CEP 70200-004, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0002-58; (d) Rodovia CE 060, nº 1100, Distrito Padre Cicero, Vila Palmeirinha, Juazeiro do Norte, CEP: 63082-000, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0003-39; (e) Rodovia Fausto Santomauro, 127, Zona de Expansão Urbana, km 3.504, Rio Claro, São Paulo, CEP 13500-970, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.851.447/0005-09; (f) Praça Paul Harris, 322, sala B, bairro Conceição, Diadema, São Paulo, CEP 09991-200, inscrita no CNPJ sob o nº 17.851.447/0006-81; (g) Avenida Governador Walter Jobim, nº 525, Lote 01, Bairro Patronato, Santa Maria, RS, CEP: 97020-355, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0007-62; (h) Rua Moxotó, nº 268, Chácara Reunidas, São José dos Campos, SP, CEP 12238-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0009-24; (i) Avenida Henry Ford, nº 1718, bairro Parque da Mooca, São Paulo, SP, CEP: 03109-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0011-49; (j) Avenida Padre Alarico Zacharias, 1300, Fundos, Parque Industrial, Araras, SP, CEP 13601-343, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0012-20; (k) Praca Maastricht, 200, Torre I Corporate, sala 709, Residencial Euroville, Bragança Paulista-SP, CEP: 12917-021, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0014-91; e (l) Avenida Portugal nº 440, Bairro Cidade Nova, Rio Grande, RS, CEP 96211-040 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0015-72; (m) Rua Doutor Moacyr Antônio de Moraes, 301, Parque Santo Agostinho, Guarulhos, SP, CEP: 07140-285. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer ressalvas ou restrições, (i) aprovada a abertura de filial da Companhia no Estado de São Paulo, Município de Guarulhos, Rua Doutor Moacyr Antônio de Moraes, 301, Parque Santo Agostinho, Guarulhos, SP, CEP: 07140-285; e (ii) Em razão das deliberações aprovadas, os acionistas decidem alterar a Cláusula 1ª do seu Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 1ª** – A Companhia, constituída e organizada sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de **Sustentare Saneamento S.A.**, e tem sede social na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 64, São Paulo, SP, CEP 05727-220, São Paulo, SP, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações e/ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. **Parágrafo Primeiro** – A Companhia possui as seguintes filiais, com capital destacado de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada uma: (a) Rua E, lote 83/84, Distrito Industrial, Teresina, Piauí, CEP 64025-050; (b) Avenida Miguel Pinto de Santana, 200, Nova Esperança, Feira de Santana, Bahia, CEP 44025-720, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0004-10; (c) SRTV/Sul, Quadra 701, Conjunto D, Bloco B, 280, sala 317, Brasília, Distrito Federal, CEP 70200-004, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0002-58; (d) Rodovia CE 060, nº 1100, Distrito Padre Cicero, Vila Palmeirinha, Juazeiro do Norte, CEP: 63082-000, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0003-39; (e) Rodovia Fausto Santomauro, 127, Zona de Expansão Urbana, km 3.504, Rio Claro, São Paulo, CEP 13500-970, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.851.447/0005-09; (f) Praça Paul Harris, 322, sala B, bairro Conceição, Diadema, São Paulo, CEP 09991-200, inscrita no CNPJ sob o nº 17.851.447/0006-81; (g) Avenida Governador Walter Jobim, nº 525, Lote 01, Bairro Patronato, Santa Maria, RS, CEP: 97020-355, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0007-62; (h) Rua Moxotó, nº 268, Chácara Reunidas, São José dos Campos, SP, CEP 12238-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0009-24; (i) Avenida Henry Ford, nº 1718, bairro Parque da Mooca, São Paulo, SP, CEP: 03109-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0011-49; (j) Avenida Padre Alarico Zacharias, 1300, Fundos, Parque Industrial, Araras, SP, CEP 13601-343, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0012-20; (k) Praca Maastricht, 200, Torre I Corporate, sala 709, Residencial Euroville, Bragança Paulista-SP, CEP: 12917-021, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0014-91; e (l) Avenida Portugal nº 440, Bairro Cidade Nova, Rio Grande, RS, CEP 96211-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0015-72. (m) Rua Doutor Moacyr Antônio de Moraes, 301, Parque Santo Agostinho, Guarulhos, SP, CEP: 07140-285; e (iii) Diante das deliberações tomadas, os acionistas resolvem aprovar a consolidação do Estatuto Social (anexo II). **Quorum das Deliberações:** As deliberações foram tomadas pela unanimidade dos acionistas presentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 14 de maio de 2025. **Assinaturas:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Acionistas:** Alvor Participações Ltda. e Adilson Alves Martins. **Presidente:** Adilson Alves Martins. **Secretário:** Marcelo Duarte de Oliveira. **Acionistas:** Alvor Participações Ltda. Adilson Alves Martins Cargo: Administrador; **Adilson Alves Martins;** Adilson Alves Martins. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 174.158/25-7 em 28/05/2025. Aloizio Epifânio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Sanches Blanes S.A. Indústria de Máquinas e Ferramentas – em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 57.482.887/0001-19 – NIRE 35.300.023.030

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16/04/2025

Ao décimo sexto dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às 10h00, em sua sede social, à Estrada do Sapopemba, nº 7.123, bairro Quarta Divisão, Ribeirão Pires-SP, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a totalidade dos acionistas da Companhia **Sanches Blanes S.A. Indústria de Máquinas e Ferramentas – em Recuperação Judicial**, conforme descritos e assinados na lista de presenças em anexo, para deliberar em sobre os assuntos constantes no anúncio entregue aos acionistas em 28.02.2025, nos termos do inciso I, artigo 294 da Lei 6.404/1976. A publicação dos documentos que trata o artigo 133 foi dispensada, nos termos do inciso II do mesmo comando normativo citado. Assim, reunidos os acionistas, A Diretora, Sra. Simone Grecco Sanches, convidou a mim, Claudio Samora Junior, para secretariar os trabalhos da Assembleia. Formada a mesa dos trabalhos, a Sra. Diretora abriu a sessão e declarou instalada, inicialmente, a **Assembleia Geral Ordinária**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Leitura, discussão e votação do relatório da Diretoria, do balanço geral, da demonstração da conta de lucros e perdas, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2024. Em seguida, apresentou o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, expando aos presentes informações com base em gráficos e relatórios sobre a situação econômica da Sanches Blanes S.A. O acionista José Felipe Souza Sanches pediu a palavra e questionou esclarecimentos sobre as obrigações tributárias, os quais foram prestados pela Sra. Diretora que esclareceu sobre o parcelamento com descontos e utilização do prejuízo fiscal para abatimento. A acionista Selma Santiago Sanches, pediu a palavra e questionou sobre o prazo do parcelamento, esclarecido pela diretora. Após o debate, os acionistas aprovaram por unanimidade de votos, sem ressalvas. Após análises, questionamentos e pareceres dos acionistas, eles decidiram aprovar o Balanço Geral, a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e os relatórios da Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Posteriormente se deu início a **Assembleia Geral Extraordinária**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Votação e eleição da Diretoria, tendo em vista que se expira o prazo da gestão atual em **21.04.2025**. A Sra. Diretora sugeriu que sejam eleitos como Diretora Presidente a Sra. Marisa dos Santos Grecco Sanches e, como Diretora a Sra. Simone Grecco Sanches, após votação e concordância de todos os acionistas, os membros da Diretoria passam a ser: Diretora Presidente a Sra. Marisa dos Santos Grecco Sanches, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.138.262-6 – SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 035.535.638-42, residente na Rua Dezenove de Março, nº 100, Jardim Pastoral, Ribeirão Pires-SP, CEP 09406-090, e como Diretora a Sra. Simone Grecco Sanches, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 26.131.445-2 – SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 281.463.678-28, residente na Rua Major Cardin, nº 275 Casa 11, Vila Suíssa, Ribeirão Pires-SP, CEP 09424-250, cuja gestão será até **21 de abril de 2028**. Aprovada com 80,46% das ações com direito a voto pelos acionistas João Carlos Santiago Sanches, José Felipe Souza Sanches e rejeitado pela acionista Selma Santiago Sanches, portadora de 19,54% do capital. Por entender que o Presidente deveria ser João Carlos Santiago Sanches, por ser a pessoa mais adequada para o cargo. Finalizada a votação, a acionista Selma Santiago Sanches, portadora de 19,54% do capital em ações com direito a voto, pediu a palavra e se manifestou interessada em se desvincular da sociedade e, com isso, disponibilizou, para futuras negociações, a venda da totalidade de suas ações. A Sra. Diretora franqueou a palavra a quem mais dela quisesse fazer uso. Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais se pronunciou, A diretora deu por encerrados os trabalhos, agradeceu a confiança por todos neles depositada, deu por encerrada a presente Assembleia Geral e eu, Claudio Samora Junior, que servi de secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, contém as assinaturas de todos os acionistas presentes. A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Ribeirão Pires, 16 de abril de 2025. Simone Grecco Sanches; Claudio Samora Junior. **Acionistas:** João Carlos Santiago Sanches; Selma Santiago Sanches; José Felipe Souza Sanches. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 215.877/25-1 em 30/06/2025. Aloizio Epifânio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Instituto Play For Amazônia

CNPJ/MF nº 17.556.400/0001-80

Edital de Convocação

Convocamos os associados membros do Instituto Play For Amazônia, CNPJ 17.556.400/0001-80, para Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 01 de agosto de 2025, às 9h, em primeira convocação, e às 9:30h em segunda convocação, na Av. Dr. Cardoso de Melo, 1336, sala 8, 7º andar, VI. Olimpia, São Paulo, SP, CEP 04548-004, a fim de exercer as seguintes ordens do dia: (1) Alteração do nome da entidade; (2) Alteração do endereço da sede da entidade; (3) Destituir a atual diretoria e membros do conselho fiscal; (4) Eleger novos membros da diretoria e do conselho fiscal; (5) Alteração do Estatuto Social. São Paulo, 10 de julho de 2025. **Adriana Feffer Skaf** – Presidente (11, 12 e 15/07/2025)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/07/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 24.743.678/0001-22 - NIRE 35.300.491.19-0

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A., A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2025

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas"), da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da **Echoenergia Participações S.A.**, ("Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos da "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Echoenergia Participações S.A.," celebrado em 8 de junho de 2020, entre a Companhia e a VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (atual denominação da sociedade Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), instituição financeira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0004-01 ("Agente Fiduciário"), conforme aditada em 15 de junho de 2020, em 30 de novembro de 2020 e em 10 de janeiro de 2022 ("Escritura de Emissão"), para se reunirem, em primeira convocação, no **dia 29 de julho de 2025, às 9 horas**, em assembleia geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de forma exclusivamente digital e remota, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto à distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma "TEN" (<https://assembleia.ten.com.br/850044663>) ("Plataforma Digital"), nos termos da Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81") e do artigo 70, inciso I, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte matéria constante da **ORDEM DO DIA**:

(I) aprovar a concessão de consentimento prévio, de forma que não seja caracterizada uma hipótese de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático (conforme definido na Escritura de Emissão) das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.2, item (xix) da Escritura de Emissão, em razão da alteração do controle acionário direto da Companhia (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações")) que deixará de ser detido pela Equatorial Transmissão S.A. e passará a ser detido pela Equatorial S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria "A" com sede na Cidade de São Luis, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.071-680, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.220.438/0001-73 ("Troca do Controle Acionário da Companhia");

A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da AGD, sendo certo que, no caso de aprovação pelos Debenturistas da matéria constante do item (i) da ordem do dia, será pago *waiver fee* aos Debenturistas, em valor de, no mínimo, 0,10% (dez centésimos por cento) *flat*, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Atualizado (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures. O *waiver fee* será pago no prazo a ser discutido em sede da AGD, por meio do ambiente B3, sendo certo que o saldo do Valor Nominal Atualizado na data da referida AGD será o valor a ser considerado para cálculo do *waiver fee*.

Observadas as demais disposições aqui constantes, terão direito ao recebimento do *waiver fee* aqueles Debenturistas que forem titulares de Debêntures no Dia Útil (conforme definido na Escritura de Emissão) imediatamente anterior à data de pagamento do *waiver fee*, sendo que o *waiver fee* será pago a tais Debenturistas de forma proporcional à quantidade de Debêntures detida por cada um deles no Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento do *waiver fee*.

Informações Gerais:

Nos termos da Cláusula 10.3.1 da Escritura de Emissão e do parágrafo 3º do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

Nos termos da Cláusula 10.4.1 da Escritura da Emissão, considerando que o item (i) da ordem do dia da AGD tem por objeto deliberar sobre a autorização prévia para a aprovação da Troca do Controle Acionário da Companhia, a aprovação da matéria constantes do item (i) da ordem do dia dependerá da aprovação **(a)** em **primeira convocação**, de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, e **(b)** em **segunda convocação**, de 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes em AGD.

Os Debenturistas interessados em participar da AGD deverão solicitar o cadastro por meio da Plataforma Digital ("Cadastro"), com antecedência de até 2 (dois) dias úteis da data de realização da AGD, selecionando a opção "cadastrar" e realizando o *upload* dos documentos necessários para a habilitação, conforme descrito abaixo.

Em caso de eventuais dúvidas ou esclarecimentos, os Debenturistas poderão requisitar informações à Companhia, com cópia para o Agente Fiduciário, nos endereços eletrônicos 1d.assembleiascaptacao@equatorialenergia.com.br, agente fiduciario@vortex.com.br e jsc@vortex.com.br.

A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo.

Nos termos da IN DREI 81 e do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto à distância durante a AGD, por meio da Plataforma Digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu *website* "<https://ri.equatorialenergia.com.br/>" desde que atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual será enviado à Plataforma Digital, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis da realização da AGD.

A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo respectivo Debenturista ou por seu representante legal, acompanhada de cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Debenturista com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução da CVM nº 94, de 20 de maio de 2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, ao artigo 115, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, e outras hipóteses previstas em lei. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.

Nos termos dos artigos 71 e 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar por meio da Plataforma Digital: (i) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador (Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e (ii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Companhia ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto.

O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): **(a)** contrato ou estatuto social; e **(b)** ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital.

Com relação aos *fundos de investimento*, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, bem como cópia dos documentos pessoais dos assinantes.

Caso qualquer dos Debenturistas seja parte em operações compromissadas, além dos documentos listados acima, conforme aplicável, será necessário o envio (a) da tela CETIP; e (b) e-mail do Debenturista aos endereços acima contendo (b.1) a indicação do ativo; e (b.2) a declaração, em texto corrido do e-mail, de que realizou a operação compromissada e que o Debenturista permanece com os direitos políticos do ativo.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e finalidade da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014).

Após a análise dos documentos enviados, o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do Cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do Cadastro. Adicionalmente, os Debenturistas receberão em até 1 (um) dia antes da realização da AGD, via e-mail, um lembrete com as instruções para acesso à Plataforma Digital.

Na data da AGD, o *link* de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a Plataforma Digital para participação da AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas credenciados na Plataforma Digital se familiarizem previamente com a Plataforma Digital. Caso determinado Debenturista necessite de orientações acerca das instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do endereço eletrônico 1d.assembleiascaptacao@equatorialenergia.com.br com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Em caso de dúvidas, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelo endereço eletrônico acima, com cópia ao Agente Fiduciário, por meio dos endereços eletrônicos agente fiduciario@vortex.com.br e jsc@vortex.com.br.

A administração da Companhia reitera aos Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo remoto e digital.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia.

Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar a *link* para participação digital na AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD por meio de acesso ao *link* e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II da Resolução CVM 81 e na IN DREI 81.

Este Edital se encontra nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>) e do Agente Fiduciário (<https://www.vortex.com.br/>).

Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 11 de julho de 2025

ECHOENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.



Bioactive Biomateriais S.A.

CNPJ/MF nº 09.474.192/0001-42 – NIRE 35.300.471.385

Edital de Convocação – Assembleia Geral dos Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures

Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Espécie Quirografária

São convocados os Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Espécie Quirografária da **Bioactive Biomateriais S.A.**, com sede na Alameda Júpiter, nº 1010, Distrito Industrial Nova Era, Indaiatuba/SP, CEP 13347-397 ("Companhia"), para a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de forma **virtual**, através da plataforma **Microsoft Teams**, no **dia 29 de julho de 2025, às 11h**, para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**:

(i) a alteração da redação da Cláusula 4.16.3. da Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, Em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Espécie Quirografária da Emissora ("Escritura de Emissão"), para refletir, de forma expressa, as disposições referentes à amortização das Debêntures da 1ª Série, conforme já deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 06 de junho de 2022; e (ii) autorizar a Emissora a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização das deliberações a serem tomadas. **Informações Gerais:**

1. Participação e Votação na Assembleia: os Debenturistas poderão participar e votar na AGD das seguintes formas: (i) Participação Virtual (em tempo real): os Debenturistas interessados deverão solicitar à Emissora o respectivo link para acesso à AGD através do e-mail ri@bioactive.com.br, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao horário previsto para a realização da AGD, anexando os seguintes documentos: (i.a) Pessoas Físicas – Documento de identidade com foto e comprovante da titularidade das Debêntures emitido pela instituição depositária (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) ou pelo escriturador (Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.); (i.b) Pessoas Jurídicas – contrato social/estatuto social e eventuais alterações que comprovem a representação legal, documento de identidade com foto do(s) seu(s) representante(s) legal(is), e comprovante da titularidade das Debêntures emitido pela instituição depositária ou pelo escriturador; (i.c) Representação por Procurador – Além dos documentos acima, apresentar instrumento de mandato com poderes especiais para o ato, devidamente regularizado, com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura eletrônica certificada; (ii) Voto a Distância (por Boletim de Voto a Distância): os Debenturistas que optarem por votar remotamente deverão solicitar o Boletim de Voto a Distância ("BYD") a Emissora através do e-mail ri@bioactive.com.br. O BYD, devidamente preenchido e assinado, juntamente com a cópia dos documentos de identificação do debenturista (conforme detalhado no item de participação virtual acima), deverá ser encaminhado para o mesmo e-mail de solicitação ou entregue na sede da Emissora, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD. Os votos a distância serão considerados na composição do quórum de instalação e deliberação. **2. Documentos e Informações:** os documentos e informações pertinentes à Ordem do Dia estarão à disposição dos Debenturistas na sede da Emissora e mediante solicitação ao e-mail ri@bioactive.com.br, a partir da data de publicação deste Edital. Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados através do e-mail ri@bioactive.com.br. São Paulo/SP, 14 de julho de 2025. **Diretoria da Bioactive Biomateriais S.A.** (14, 15 e 16/07/2025)

Akaer Engenharia S.A.

CNPJ/ME nº 65.047.250/0001-22 – NIRE 35.300.474.465

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de julho de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 01 de julho de 2025, às 9 horas, na sede social da **Akaer Engenharia S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Eugênio de Mello, CEP 12247-014 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento de todos os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, ficando a Assembleia Geral Extraordinária regularmente instalada, sendo aberto os trabalhos. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Secretário: Valdemir Souza Nascimento. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o pedido de renúncia de **Wilson Katsumi Toyama**, do cargo de Diretor Executivo de Lancadores, Mísseis e Sistemas de Armas. **5. Deliberações:** Depois de analisada e discutida a matéria constante da ordem do dia, as acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o que segue:

5.1. Aceitar o pedido de renúncia de **Wilson Katsumi Toyama**, brasileiro, casado, mestre em tecnologia aeronáutica e espacial, e inscrito no CPF sob o nº 059.284.458-73, para o cargo de Diretor Executivo de Lancadores, Mísseis e Sistemas de Armas, o qual exerceu a sua função até o dia 30 de junho de 2025, agradecendo-o por todo o período que colaborou com a Companhia. **5.2.** Em decorrência da deliberação acima, a nova composição da Diretoria da Companhia, com mandato até a data de realização da próxima Assembleia Geral Ordinária em 2025, passa a ser a seguinte: **Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva**, brasileiro, casado, engenheiro naval e civil, inscrito no CPF sob o nº 860.083.078-87, para o cargo de Diretor Presidente e CEO; **Aldo da Silva Junior**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 065.695.388-88, para o cargo de Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing; **Alejandro Esteban Villega**, argentino, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 227.490.978-43, para o cargo de Diretor Funcional de Engenharia Aeronáutica; **Alexandre Bernardo**, brasileiro, casado, técnico mecânico, inscrito CPF sob o nº 162.828.598-24, para o cargo de Diretor de Programas; **Almir Miguel Borges**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 043.462.058-01, para o cargo de Diretor Vice-Presidente Industrial; **Bibiana Del Monaco Silva Misumi**, brasileira, casada, médica, inscrita no CPF sob o nº 215.688.898-10, para o cargo de Diretora Vice-Presidente de Desenvolvimento Organizacional; **Cassius Moreira Leite**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 148.293.708-58, para o cargo de Diretor Funcional de Projeto e Estruturas; **Fernando Coelho Ferraz**, brasileiro, solteiro, engenheiro metalúrgico, inscrito no CPF sob o nº 013.490.727-29, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações; **Francilio Graciano**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 098.541.408-14, para o cargo de Diretor Executivo de Negócio de Dispositivos de Produção e Mecânica Pesada; **Gustav Dias Ferraz**, brasileiro, casado, engenheiro industrial-mecânico, inscrito no CPF sob o nº 273.215.878-00, para o cargo de Diretor de Programas; **Joselito Rodrigues Henriques**, brasileiro, casado, engenheiro de produção mecânica, inscrito no CPF sob o nº 252.334.008-98, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; **Juliana Freitas Caetano Rozende**, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 028.512.486-26, para o cargo de Diretora de Recursos Humanos; **Lister Guillemoun Pereira da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 289.556.628-31, para o cargo de Diretor de Programas. Todos os Diretores acima elencados são domiciliados na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 501, Eugênio de Mello, CEP 12247-014. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata, em seguida, foi lida a todos, aprovada e será assinada de forma eletrônica por todos os presentes, sendo que as assinaturas terão efeito retroativo à data desta assembleia. **7. Assinaturas:** Presidente: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva; Secretário: Valdemir Souza Nascimento. Acionistas Presentes: Akaer Participações S.A. (por Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva) e FG Empreendimentos e Participações Ltda. (por Francilio Graciano). Esta é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. São José dos Campos-SP, 01 de julho de 2025. Mesa: Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva – Presidente; Valdemir Souza Nascimento – Secretário. Acionistas: **Akaer Participações S.A.** (Cesar Augusto Teixeira Andrade e Silva); **FG Empreendimentos e Participações Ltda.** (Francilio Graciano). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 220.353/25-6 em 04/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Qualix Serviços Ambientais S.A.

CNPJ/MF nº 02.592.658/0001-65 – NIRE 35.300.383.052

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2025

Data – Local – Hora: Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (12/05/2025), às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, conj. 41, Vila Andrade, CEP: 05727-900. **Convocação:** Dispensadas as formalidades legais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, § 4º da Lei federal nº 6.404, de 15.12.76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença dos acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia. **Presença:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Adolfo dos Santos Ribeiro. Secretário: Marcel Gelfi. **Ordem do Dia:** Composta a Mesa, o Presidente declarou iniciados os trabalhos solicitando a leitura da ordem do dia, com os seguintes assuntos: (i) Tomar ciência do falecimento do Diretor Presidente Jaime Bargallo Arnabat, ocorrido em 10 de maio de 2025; e (ii) Deliberar sobre a eleição de novo Diretor Presidente para preenchimento da vaga deixada em decorrência do falecimento e ratificação da composição dos membros da Diretoria. **Deliberações:** (i) Os Acionistas registraram, com pesar, o falecimento do Diretor Jaime Bargallo Arnabat, ocorrido em 10 de maio de 2025, destacando os relevantes serviços prestados à Companhia durante o período em que exerceu suas funções; e, (ii) Em virtude da vacância decorrente do referido falecimento, foi deliberado, por unanimidade dos presentes, eleger para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. **Adolfo dos Santos Ribeiro**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.756.645 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 648.747.618-87, com endereço comercial na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, conj. 41, Vila Andrade, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05727-900. O mandato do Diretor ora eleito será de 2 (dois) anos, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. Desse modo, face às deliberações acima, os acionistas ratificam a composição da Diretoria, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, a seguir: Sr. **Adolfo dos Santos Ribeiro**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.756.645 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 648.747.618-87, com endereço comercial na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, conj. 41, Vila Andrade, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05727-900, para o cargo de Diretor Presidente; e o Sr. **Marcel Gelfi**, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.503.637-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 506.401.948-34, com endereço comercial na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, conj. 41, Vila Andrade, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05727-900, para o cargo de Diretor sem designação específica. Os membros da Diretoria ora eleitos tomam posse mediante a assinatura dos respectivos termos de posse (Anexo I) e permanecerão em seus cargos até que novos membros sejam eleitos para os respectivos cargos. A remuneração dos membros da Diretoria será fixada posteriormente pela Assembleia Geral. Os diretores ora eleitos declaram expressamente, sob as penas da lei, que não possuem qualquer impedimento por lei especial, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividades mercantis ou administrar a sociedade, bem como que não estão condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo (SP), 12 de maio de 2025. **Assinaturas:** Presidente: Adolfo dos Santos Ribeiro. Secretário: Marcel Gelfi. **Acionistas:** Renovar Ambiental Participações S.A. Recuperação Judicial Encerrada. **Presidente:** Adolfo dos Santos Ribeiro. **Secretário:** Marcel Gelfi. **Acionistas:** **Renovar Ambiental Participações S.A.** Marcel Gelfi – Cargo: Diretor. **Diretores:** Adolfo dos Santos Ribeiro – Diretor Presidente; Marcel Gelfi – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 177.491/25-5 em 02/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/07/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



OPTARIS DO BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/MF 60.815.759/0001-54 - NIRE 35.300.664.167

Ata da Assembleia Geral de Constituição Realizada em 11 de abril de 2025

Data, Horário e Local: 11/04/2025, às 10h00min, na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada, totalidade. **Mesa:** David Marcelo Fridman - Presidente; e Paulo Eduardo Rodrigues Cacciani - Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as propostas de: (i) constituição de uma sociedade empresária organizada sob a forma de sociedade anônima; (ii) formação do capital social; (iii) criação de um Conselho de Administração e eleição de seus membros; (iv) criação de uma Diretoria para a Cia; (v) indicação do jornal de publicação dos atos da Cia; (vi) caso sejam aprovadas as deliberações anteriores, aprovação e consolidação de todo o teor do Estatuto Social da Cia; e (vii) autorização para a Diretoria realizar todos os correspondentes atos complementares. **Deliberações e Aprovações:** As acionistas fundadoras deliberaram e aprovaram, pela unanimidade e sem quaisquer ressalvas: (i) a constituição de uma sociedade empresária organizada sob a forma de sociedade anônima, denominada OPTARIS DO BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA S.A., com sede na Av. Marcos Penteado de Uliôa Rodrigues, nº 939, Castelo Branco Office Park, Torre Jacarandá, 8º andar, Tamboré, na cidade de Barueri - SP; (ii) a formação do capital social no valor de R\$ 10.000,00, dividido em 10.000 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos dos correspondentes Boletins de Subscrição, anexos à presente Ata como Anexo I, sendo que 10% do capital deverá ser integralizado e depositado no Banco do Brasil S/A, até a data de protocolo desta Ata de Assembleia Geral de Constituição perante a JUCESP e os 90% restantes no prazo máximo de 90 dias após o registro da Ata de Assembleia Geral de Constituição na Junta Comercial do Estado de São Paulo; (iii) a criação de um Conselho de Administração, composto por 3 membros. Os Conselheiros terão prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição. Para tanto, são nomeados e eleitos como Conselheiros, na presente data, (i) David Marcelo Fridman, para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) Leonardo Gabriel Bellizzi, para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração; e (iii) Eduardo Alberto Dermargos Namur, para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração. Os Conselheiros ora eleitos tomam posse nos termos dos respectivos Termos de Posse, anexos à presente Ata como Anexo II, declarando, neste ato, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade; (iv) a criação de uma Diretoria, composta por 2 membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente; (v) a indicação do Jornal da Tarde para publicação dos atos da Cia; (vi) a aprovação do inteiro teor do Estatuto Social da Companhia, anexo à presente Ata como Anexo III; e (vii) a autorização para a Diretoria realizar todos os correspondentes atos complementares ao fiel cumprimento das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos componentes da mesa dirigente e por todos os acionistas presentes, declarando o Senhor Presidente encerrada esta Assembleia Geral de Constituição. Barueri/SP, 11 de abril de 2025. Mesa: David Marcelo Fridman - Presidente, Paulo Eduardo Rodrigues Cacciani - Secretário. Acionistas Fundadores: INVERFRID LLC (Por David Marcelo Fridman), ANDANA FUND, INC. (Por David Marcelo Fridman). Visto de Advogado: Carolina Duarte Martins - OAB/SP nº 133.846. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede, Foro e Duração - Artigo 1º -** A Optaris do Brasil Serviços de Tecnologia S.A. é uma sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação em vigor, no que lhe for aplicável. **Artigo 2º -** A Cia tem por objeto as atividades de serviços de tecnologia da informação, tais como consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e a venda de seus produtos, assim como de serviços de manutenção e assistência. **Artigo 3º -** A Cia tem a sua sede e foro na Av. Marcos Penteado de Uliôa Rodrigues, nº 939, Castelo Branco Office Park, Torre Jacarandá, 8º andar, Tamboré, Barueri - SP, podendo abrir agências, escritórios, filiais e manter representantes em qualquer parte do território nacional ou do exterior. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Cia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º -** O capital social da Cia é de R\$ 10.000,00, representado por 10.000 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas em moeda corrente nacional. **Parágrafo 1º:** Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo inválida em relação à Cia. **Parágrafo 2º:** A propriedade das ações de emissão da Companhia será comprovada pela devida inscrição no nome do titular no livro de "Registro de Ações Nominativas". **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 6º -** A AG reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro primeiros meses após o término do exercício social para tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, eleger demissionários e membros do Conselho Fiscal, quando for o caso e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, Estatuto Social e dispositivos da lei o exigirem. **Parágrafo 1º:** As AGs serão convocadas e instaladas na forma do disposto nos artigos 123 a 125 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.As"), sendo plenamente autorizada a realização de assembleias digitais. **Parágrafo 2º:** Independentemente das formalidades referentes à convocação de AGs previstas nesta Cláusula, será regular a AG a que comparecerem todos os acionistas da Cia. **Parágrafo 3º:** A Assembleia será instalada e presidida por indicação dos acionistas presentes, que convidará um dos presentes para secretariá-la. **Artigo 7º -** Os acionistas poderão fazer-se representar nas AGs por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, Diretor da Cia ou advogado, nos termos do § 1º art. 126 da Lei das S.As. **Artigo 8º -** As deliberações da AG serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não computados os votos em branco, ressalvadas as deliberações sobre matérias em relação às quais a lei e o Estatuto Social preveja quórum qualificado. **Artigo 9º -** As seguintes matérias deverão ser submetidas à deliberação em AG: (a) reforma do estatuto social da Cia; (b) suspensão de direitos de acionistas; (c) fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer outro tipo de reorganização societária envolvendo a Cia; (d) aquisição de controle ou de participação societária em outras sociedades; (e) participação em empreendimentos por meio de parceria, consórcio, joint venture; (f) aumento, redução de capital ou realização de adiantamento para futuro aumento de capital; (g) dissolução, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou ainda liquidação da Cia; (h) emissão de instrumentos ou valores mobiliários que confiram opção de compra ou subscrição de ações ou, ainda instrumentos que sejam conversíveis em ações, ou emissão de debêntures ou outros instrumentos de captação de dívida no mercado financeiro ou de capitais; (i) aprovação do relatório da administração, das contas da administração, bem como das Demonstrações Financeiras da Cia; (j) contratação de empréstimos ou financiamentos em valor individual superior a R\$ 5.000.000,00; e (k) prestação de garantias e/ou concessão de empréstimos ou financiamentos a terceiros. **Capítulo IV - Administração - Artigo 10 -** A cia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, ambos com mandatos unificados de 2 anos, permitida a reeleição. Seção I – Do Conselho de Administração. Artigo 11 - O Conselho de Administração será composto por 3 membros, pessoas naturais residentes no país ou no exterior, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela AG, que também designará o Presidente. Os Conselheiros permanecerão em seus cargos até que novos membros eleitos tomem posse. Artigo 12 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada ano e, extraordinariamente, sempre que julgado necessário, por convocação do Presidente ou, na sua ausência, por qualquer de seus membros eleitos. **Parágrafo 1º:** A convocação será feita com antecedência mínima de 5 dias, por carta registrada com aviso de recebimento ou por e-mail com confirmação de recebimento, com breve descrição da Ordem do Dia. Considerar-se-á regularmente convocado, o Conselheiro presente à reunião, ou que apresentar seu voto na forma prevista no Parágrafo 3º abaixo. **Parágrafo 2º:** As deliberações serão tomadas por maioria de votos, com a presença mínima de metade mais um de seus membros, cabendo ao Presidente, além do próprio voto, o voto de qualidade. **Parágrafo 3º:** A qualquer Conselheiro será permitido fazer-se representar por outro Conselheiro. **Parágrafo 4º:** Nas ausências do Presidente do Conselho, as reuniões e as Assembleias Gerais não serão realizadas. Artigo 13 - Compete ao Conselho de Administração, além do estabelecido em lei e neste Estatuto Social: (a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia; (b) eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições; (c) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Cia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (d) convocar a Assembleia Geral nas situações previstas na legislação; (e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; (f) destituição, substituição e escolha de auditores independentes; (g) aprovar a contratação de empréstimos ou financiamentos em valor individual não superior a R\$ 5.000.000,00; e (h) aprovar a compra, alienação ou oneração de qualquer bem imóvel. Artigo 14 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração: (a) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, indicando um dos presentes para secretariá-la; (b) propor a orientação geral dos negócios da Sociedade; e (c) dar andamento às deliberações do Conselho de Administração, cumprindo-as e/ou fazendo-as cumprir. Seção II – Da Diretoria - Artigo 15 - A Diretoria será composta por 2 membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente. **Parágrafo 1º:** Os Diretores poderão ser residentes no país ou no exterior, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, e permanecerão nos seus cargos até a investidura dos novos eleitos. **Parágrafo 2º:** Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3, poderão também ser eleitos para cargos de Diretores. Artigo 16 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer um dos Diretores e deliberará, por unanimidade, sendo que as matérias sobre as quais a Diretoria não chegar a um consenso caberá a decisão do Diretor Presidente. **Parágrafo Único:** Em caso de vacância definitiva no cargo de qualquer Diretor, o substituto deverá ser indicado pelo Conselho de Administração para o período restante até o final do prazo de gestão do Diretor substituído. Artigo 17 - Caberá aos Diretores ou aos procuradores constituídos em nome da Cia, individualmente, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da mesma, dispondo eles, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da Cia em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias sociedades de economia mista e entidades paraestatais; (b) a administração, orientação e direção dos negócios sociais; e (c) o recebimento de pagamentos efetuados em nome da Cia. **Parágrafo 1º -** Observado o disposto no artigo 17, acima, caberá exclusivamente ao Diretor Presidente ou ao Diretor Vice-Presidente, ambos sempre em conjunto, ou a qualquer Diretor em conjunto com 1 procurador, a prática dos seguintes atos: (a) celebrar contratação de empréstimos ou financiamentos, observados os limites deste Estatuto Social; (b) celebrar a compra, alienação ou oneração de qualquer bem imóvel, observados os limites deste Estatuto Social; (c) a abertura e movimentação de contas correntes, saques e aplicações junto a instituições financeiras; (d) a assinatura de todo e qualquer documento que importe em responsabilidade ou obrigação financeira da sociedade, incluindo escrituras, contratos, notas promissórias, contratos de câmbio, cheques, ordens de pagamento e outros documentos não especificados. **Parágrafo 2º:** As procurações em nome da Cia serão outorgadas pelo Diretor Presidente e o Diretor Vice-Presidente, sempre em conjunto. **Parágrafo 3º:** Todas as procurações outorgadas em nome da Cia deverão mencionar expressamente os poderes conferidos e deverão conter um período de validade limitado, exceto as procurações com fins judiciais ou para dar andamento em processos perante autoridades da administração pública, que poderão ser outorgadas mediante assinatura simples de qualquer Diretor e ainda não precisarão conter prazo de validade limitado. Seção III – Das Disposições Comuns - Artigo 18 - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria e seus substitutos serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados nos livros de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente. Artigo 19 - O exercício do cargo de Conselheiro ou de Diretor independe da prestação de caução. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 20 -** A Cia terá um Conselho Fiscal composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente. **Parágrafo 1º:** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais residentes no país, acionistas ou não, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, com mandato até a primeira AGO que se realizará após a eleição. **Parágrafo 2º:** Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela AG durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício de suas funções. **Parágrafo 3º:** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro - Artigo 21 -** O exercício social inicia-se no 1º dia de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data em que será levantada as demonstrações financeiras exigidas por lei para apuração dos resultados do período. Artigo 22 - Do lucro líquido do exercício serão deduzidas uma parcela de 5% destinada à constituição da reserva legal, observado o limite estabelecido em lei. Artigo 23 - Do saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas dividendos não inferiores a 25%. **Parágrafo Único:** Os dividendos serão calculados e distribuídos proporcionalmente ao montante integralizado das ações. Artigo 24 - A AG resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do exercício. Artigo 25 - A cia poderá levantar balanços semestrais ou, ainda, correspondentes a períodos menores, podendo a Diretoria, com autorização do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários, à conta de lucro apurado nos balanços mencionados neste artigo, observadas as disposições legais. **Capítulo VII - Liquidação - Artigo 26 -** A Cia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de efetuar a liquidação, bem como nomear o liquidante e fixar a sua remuneração. **Capítulo VIII - Disposições Gerais - Artigo 27 -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e demais legislações aplicáveis. Juceesp - n. 35.300.664.167 em 14/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

OPTARIS DO BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/MF 60.815.759/0001-54 - NIRE 35.300.664.167

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 11 de abril de 2025

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 11 dias do mês de abril de 2025, às 14h00min, na sede da OPTARIS DO BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA S.A. ("Companhia"), situada na Avenida Marcos Penteado de Uliôa Rodrigues, nº 939, Castelo Branco Office Park, Torre Jacarandá, 8º andar, Tamboré, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação pela presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** David Marcelo Fridman - Presidente, Paulo Eduardo Rodrigues Cacciani - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição de membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Os Conselheiros deliberaram e aprovaram por unanimidade de votos a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato de 02 (dois) anos, a saber: (i) David Marcelo Fridman, estadunidense, casado, executivo da corporação, Passaporte Americano nº 571099123, inscrito no CPF nº 125.323.101-03, com endereço em 275, Madison Avenue, Suite 2301, New York, NY 10016, Estados Unidos, para exercer o cargo de Diretor Presidente; e (ii) Paulo Eduardo Rodrigues Cacciani, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 20.128.806-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 112.099.458-60, residente e domiciliado na Alameda das Acácias, nº 62, Residencial 5, CEP 06539-215, Alphaville, cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente. Os Diretores ora eleitos tomam posse nos termos dos respectivos Termos de Posse, anexos à presente Ata como Anexo Único, declarando, neste ato, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar-se, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes. Barueri/SP, 11 de abril de 2025. Mesa: David Marcelo Fridman - Presidente, Paulo Eduardo Rodrigues Cacciani - Secretário. Conselho de Administração: David Marcelo Fridman, Leonardo Gabriel Bellizzi, Eduardo Alberto Dermargos Namur. Juceesp - n. 166.090/25-6 em 14/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

www.datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/07/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Publique no Data Mercantil!

 **Contato: (11) 3361-8833**

 **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**



**Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.**

DATA MERCANTIL



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/07/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

